



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

12, 13 e 14 de Abril 2014



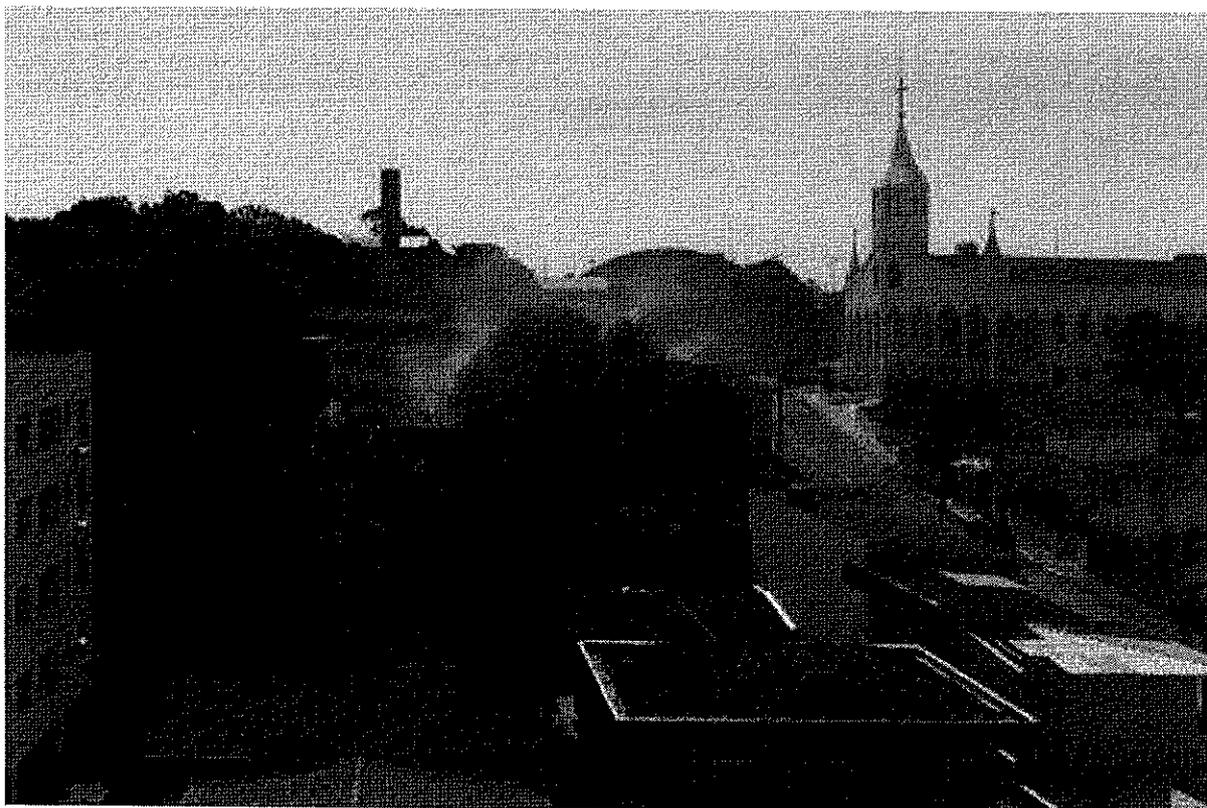
## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/04/2014
<b>Assunto:</b> Fumaça		<b>Página:</b> on-line

### DIÁRIO CATARINENSE

## Mário Motta: Fumaça intensa parece vir de colégio estadual

*Fato acontece pelo menos duas vezes por semana.*



Moradores da região de Capoeiras estão preocupados com uma fumaça cada vez mais intensa, que surge pelo menos duas vezes por semana — aparentemente do interior do terreno que abriga o Colégio Estadual Anibal Nunes Pires. No meio da semana passada, foi muito forte, ao ponto de os moradores dos prédios mais altos precisarem fechar janelas e portas para não serem invadidos pela cortina. E tudo isso bem no horário do almoço. Será que a fumaça vem do colégio? E se vier mesmo de lá, a quem caberá a responsabilidade?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 12/04/2014
<b>Assunto:</b> Doação de prédio		<b>Página:</b> on-line

### DIÁRIO CATARINENSE

#### **Ex-alunos e moradores organizam ato em frente à Escola Monsenhor Scarzello neste sábado, em Joinville**

*Comunidade irá reforçar o pedido de doação do prédio, fechado desde 2011, para o município*

A limpeza da Escola Estadual Monsenhor Sebastião Scarzello, no bairro Itaum, realizada pela Prefeitura de Joinville nesta semana, será comemorada pela comunidade na manhã deste sábado.

Em ato simbólico, ex-alunos e moradores da região Sul farão uma foto em frente à unidade, às 11 horas. Eles irão aproveitar o momento para reforçar o pedido de doação do prédio, fechado desde 2011, para a Secretaria Municipal de Educação.

– Nós queremos que a escola atenda a estudantes do ensino fundamental em período integral. De manhã, seria aula normal e, à tarde, oficinas culturais e de esporte – destaca um dos líderes movimento, Vanderlei Roberto Cardoso.

A partir de agora, a manutenção do prédio será de responsabilidade do município, que recebeu um termo de permissão de uso da Gerência Regional de Educação. Estado e município ainda estão em negociação para acertar o futuro do prédio.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/04/2014
<b>Assunto:</b> Cartão Corporativo		<b>Página:</b> on-line

### DIÁRIO CATARINENSE

## Escolas Estaduais de SC recebem cartão com crédito para pequenos reparos

*A partir deste mês, 1,1 mil instituições estaduais terão verba para fazer pequenas compras e reformas sem burocracia*

Por um mês e meio, o diretor-geral da Escola Estadual Simão Hess em Florianópolis, Nazareno José Manoel Martins, teve mais autonomia para resolver pequenos problemas corriqueiros da escola. Trocou vidro quebrado, fechadura estragada e providenciou folhas de papel sem burocracia.

Ele e outros 11 diretores foram escolhidos no fim do ano passado para fazer parte de um projeto-piloto da Secretaria de Estado da Educação (SED), que permite o uso de um cartão corporativo do governo nas escolas da rede estadual como forma de tornar mais rápida a solução de pequenos problemas.

A proposta foi aprovada e agora se estenderá a 1,1 mil unidades. A previsão é que a partir do dia 25, todas as escolas comecem a usar o cartão de pagamento. O projeto será lançado hoje.

Recebido em novembro de 2013 como teste, o cartão da escola Simão Hess tinha R\$ 750 disponíveis. O diretor aprovou a mudança por agilizar a solução de problemas que acabam interferindo no aprendizado.

— Troquei vidros e fechaduras, que precisavam ser arrumados com urgência. A escola precisa de muita coisa de imediato, e foi muito bom nesse sentido — relembra.

O cartão, que dará a cada escola entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil por ano de acordo com o número de alunos matriculados, permite gasto sem a necessidade de três orçamentos, que precisava ser feito pelo diretor e encaminhado à aprovação das gerências regionais de educação.

— Muitas vezes não tínhamos tempo pra providenciar os orçamentos e os reparos não eram resolvidos — ressalta.

Ao fim do uso, o diretor prestou contas à SED com todas as notas fiscais das compras. Com a experiência positiva, ele aguarda a chegada do novo cartão definitivo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Estou precisando colocar mais vidros, temos uma porta que quebrou e essas coisas acontecem o tempo todo. Às vezes é uma torneira, um bebedouro que tem um filtro entupido. O bom é que com esse dinheiro não vão se acumular problemas.

Contratação de serviços não é permitida

A única ressalva feita pelo diretor é a de que o cartão não permite a contratação de serviços. A assessora técnica da diretoria de administração e finanças da Secretaria de Educação, Silvia Helena Souza Barbosa, explica que neste primeiro momento, apesar de ser autorizada pelo governo, a contratação de serviços não foi aberta às escolas pela logística de prestação de contas. No entanto, essa possibilidade não está descartada futuramente.

Para fazer as compras, cada escola terá o repasse anual de acordo com o número de alunos matriculados registrados no censo escolar do ano passado. O dinheiro será repassado em duas parcelas, uma em abril e outra em agosto. O projeto somará R\$ 7 milhões de investimentos em 2014.

A divisão de recursos

- Escolas com até 100 alunos: R\$ 2 mil/ano
- 101 a 150 alunos: R\$ 3 mil/ano
- 151 a 200 alunos: R\$ 4 mil/ano
- 201 a 300 alunos: R\$ 5 mil/ano
- 301 a 400 alunos: R\$ 6 mil/ano
- 401 a 500 alunos: R\$ 7 mil/ano
- Acima de 501 alunos: R\$ 8 mil/ano

Tira-dúvidas

Quem é o responsável pelo cartão?

A SED sugere que o responsável seja o diretor de cada escola.

A partir de quando?

A previsão é de que a partir do dia 25 de abril o cartão já possa ser usado. Antes, o diretor precisa ir a qualquer agência do Banco do Brasil, desbloquear o cartão e gerar uma senha. O cartão valerá por 60 meses.

O que ele pode comprar?

Materiais de consumo. Uma lista foi feita pela SED com o que é permitido comprar. Podem ser, por exemplo, produtos de limpeza, material de escritório como papéis, cartolina, canetas; e para pequenos reparos.

É possível comprar em qualquer local?

Em locais comerciais autorizados, previamente selecionados pela SED, que aceitem a bandeira Visa.

Quem fiscaliza?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além de guardar todas as notas de compra, o diretor também terá que preencher um formulário, que será apresentado às gerências regionais de educação, que repassam à Secretaria de Educação. Em caso de compra indevida, o dinheiro precisará ser devolvido. A ideia no futuro é que os gastos de cada escola possa ser acompanhado por todos pelo portal da transparência do governo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/04/2014
<b>Assunto:</b> Merenda		<b>Página:</b> Online



### **Aprovada prioridade para mulher na venda para merenda**

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, na quarta-feira (9), proposta que concede prioridade às mulheres da agricultura familiar na aquisição de produtos alimentícios destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O texto aprovado é o Projeto de Lei (PL) 6856/13, do Senado. Para ter direito ao benefício, as produtoras rurais deverão organizar-se em grupos, formais ou informais.

Na opinião do relator, deputado Hélio Santos (PSDB-MA), depois da ampliação do direito das mulheres de acesso à terra "é de fundamental importância facilitar e apoiar a fase de comercialização da produção dessas unidades familiares".

O parlamentar lembra que, a partir de 2003, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) passou a dar preferência às famílias chefiadas por mulheres na titulação da terra. Segundo afirma, desde então, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária aumentou de 24,1%, em 2003, para 55,8%, em 2007.

Do total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários, o percentual passou de 13,6% para 23% no mesmo período, sustenta Santos.

Atualmente, a lei que criou o Pnae (11.947/09) prevê a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ao programa para a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares ou suas organizações. Já têm prioridade os assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

Pelo projeto aprovado, as mulheres da agricultura familiar passarão a integrar esse grupo prioritário. Além disso, a proposta prevê que, no mínimo, 50% dos produtos comprados de agricultores familiares sejam adquiridos em nome da mulher.

Em regime de prioridade, o projeto segue para análise conclusiva das comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 14/04/2014
<b>Assunto:</b> Fies		<b>Página:</b> Online



### **Comissão aprova uso de renda familiar para o Fies**

A Comissão de Educação aprovou na quarta-feira (9) proposta que permite a utilização da renda familiar mensal per capita como critério para obtenção de financiamento junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Atualmente, os estudantes membros de famílias cuja renda familiar bruta mensal é igual ou superior a 20 salários mínimos são proibidos de pleitear empréstimo junto ao Fies.

O texto aprovado é substitutivo do deputado Alex Canziani (PTB-PR) ao Projeto de Lei 6652/13. O texto original, do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), proibia a utilização da renda familiar mensal bruta como critério de exclusão para inscrição no Fies.

Para Canziani, é preciso levar em conta que o custo da educação superior, nas instituições particulares, é elevado para as famílias com vários dependentes. "Ademais, todos os programas do governo federal voltados para o apoio a estudantes e para transferência de renda adotam como critério socioeconômico a renda familiar mensal per capita."

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Opinião	<b>Data:</b> 12/04/2014
<b>Assunto:</b> Abandono Escolar		<b>Página:</b> 13

# DIÁRIO CATARINENSE

## DEBATE DC

Em 2012, 88 estudantes do Ensino Médio desistiram de estudar a cada dia letivo em Santa Catarina.

O que pode ser feito para diminuir os índices de abandono escolar?

Muito incentivo a professores e que estes sejam bem pagos. E conscientizar os alunos que a escola ensina e a família é quem educa. O retorno de eleição para direção fará com que a escola seja mais eclética do que a atual (paternalista), pois terá de agradar os alunos e não os professores.

*Jose Wilton Rebelo*  
Lages

Sou gestora de escola e convivo diariamente com esta realidade. Estamos impotentes diante da situação. Talvez uma mudança no currículo resolva.

*Sandra Regina Callai Schuh*  
Mondai

Acho que poderiam começar entregando as escolas em obras e reformando as que estão "insalubres".

*Hugo Ruivo, via Twitter*  
Florianópolis

Coloque-se numa sala de aula um caderno e um livro e numa outra um notebook, drogas e motocicletas e ver-se-á para qual os estudantes irão. Estudar é para quem tem vontade, quer vencer na vida e renunciar aos atuais prazeres para, no futuro, conquistá-los em grande número. Não vejo solução enquanto o governo federal é bombardeado diariamente com denúncias de corrupção. O jovem também quer a Range Rover que os políticos ganham na moleza. Vai piorar.

*Rudi Batistello, farmacêutico*  
Chapecó

A razão do abandono é falta de família que o obrigue os alunos a continuar os estudos. É também o desespero de alguns em ver a degradação da organização estudantil, com relação a drogas e marginalização. Portanto, deve haver in-

tervenção da família para uns e a aplicação da segurança pública a outros. O incentivo dos professores também tem influência. Se nada é oferecido aos alunos, eles se decepcionam e abandonam os estudos. Assim, deve-se rever também o quadro de professores.

*Vicente Gabriel Pascale,*  
aposentado  
Florianópolis

Não existe algo único que mudará a questão do abandono escolar. Tiraram as aulas de Educação Moral e Cívica, tiraram o ensino religioso, a família brasileira é capenga das pernas e não dá boa educação para os filhos e muito menos bons exemplos. O governo só pensa em mamar, as leis não têm fiscalização. O que nos resta é fazer a nossa parte.

*Kim Hernandez*  
Florianópolis

Em 2013 tive um filho em colégio público. Eu participava de reuniões e ficava indignado, pois tem professor que pensa o seguinte: o governo faz de conta que paga, a gente faz de conta que trabalha. Nos três primeiros meses, faltavam em média quatro professores. Como a diretora dizia que não havia professores para repor, então as matérias foram perdidas. Como os alunos vão enfrentar um vestibular com professores assim? Não estou generalizando, até acho que tem ótimos professores em colégios públicos, mas alguns só fazem de conta que dão aula. Tem que dar um choque de gestão na educação pública catarinense urgente.

*Dionézio Santos*  
Florianópolis



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/04/2014
Assunto: Cartão Corporativo		Página: 24

## DIÁRIO CATARINENSE

# Escolas recebem cartão a reparos

JÚLIA ANTUNES LONRENÇO

**Por um mês e meio, o diretor-geral da Escola Estadual Simão Hess em Florianópolis, Nazareno José Manoel Martins, teve mais autonomia para resolver pequenos problemas corriqueiros da escola. Trocou vidro quebrado, fechadura estragada e providenciou folhas de papel sem burocracia.**

Ele e outros 11 diretores foram escolhidos no fim do ano passado para fazer parte de um projeto-piloto da Secretaria de Estado da Educação (SED), que permite o uso de um cartão corporativo do governo nas escolas da rede estadual como forma de tornar mais rápida a solução de pequenos problemas. A proposta foi aprovada e agora se estenderá a 1,1 mil unidades. A previsão é que a partir do dia 25, todas as escolas comecem a usar o cartão de pagamento. O projeto será lançado hoje.

Recebido em novembro de 2013 como teste, o cartão da escola Simão

Hess tinha R\$ 750 disponíveis. O diretor aprovou a mudança por agilizar a solução de problemas que acabam interferindo no aprendizado.

– Troquei vidros e fechaduras, que precisavam ser arrumados com urgência. A escola precisa de muita coisa de imediato, e foi muito bom nesse sentido – relembra.

O cartão, que dará a cada escola entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil por ano de acordo com o número de alunos matriculados, permite gasto sem a necessidade de três orçamentos, que precisava ser feito pelo diretor e encaminhado à aprovação das gerências regionais de educação.

– Muitas vezes não tínhamos tempo pra providenciar os orçamentos e os reparos não eram resolvidos – ressalta.

Ao fim do uso, o diretor prestou contas à SED com todas as notas fiscais das compras. Com a experiência positiva, ele aguarda a chegada do novo cartão definitivo.

– Estou precisando colocar mais vidros, temos uma porta que quebrou e essas coisas acontecem o tempo todo. Às vezes é uma torneira, um

bebedouro que tem um filtro entupido. O bom é que com esse dinheiro não vão se acumular problemas.

### **Contratação de serviços não é permitida**

A única ressalva feita pelo diretor é a de que o cartão não permite a contratação de serviços. A assessora técnica da diretoria de administração e finanças da Secretaria de Educação, Sílvia Helena Souza Barbosa, explica que neste primeiro momento, apesar de ser autorizada pelo governo, a contratação de serviços não foi aberta às escolas pela logística de prestação de contas. No entanto, essa possibilidade não está descartada futuramente.

Para fazer as compras, cada escola terá o repasse anual de acordo com o número de alunos matriculados registrados no censo escolar do ano passado. O dinheiro será repassado em duas parcelas, uma em abril e outra em agosto. O projeto somará R\$ 7 milhões de investimentos em 2014.



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 14/04/2014
<b>Assunto:</b> Cartão Corporativo		<b>Página:</b> 24

## DIÁRIO CATARINENSE

### A divisão de recursos

<b>Escolas com até</b>	<b>201 a 300 alunos:</b> R\$ 5 mil/ano
100 alunos: R\$ 2 mil/ano	<b>301 a 400 alunos:</b> R\$ 6 mil/ano
101 a 150 alunos: R\$ 3 mil/ano	<b>401 a 500 alunos:</b> R\$ 7 mil/ano
151 a 200 alunos: R\$ 4 mil/ano	<b>Acima de 501 alunos:</b> R\$ 8 mil/ano

### Tira-dúvidas

#### QUEM É O RESPONSÁVEL PELO CARTÃO?

A SED sugere que o responsável seja o diretor de cada escola.

#### A PARTIR DE QUANDO?

A previsão é de que a partir do dia 25 de abril o cartão já possa ser usado. Antes, o diretor precisa ir a qualquer agência do Banco do Brasil, desbloquear o cartão e gerar uma senha. O cartão valerá por 60 meses.

#### O QUE ELE PODE COMPRAR?

Materiais de consumo. Uma lista foi feita pela SED com o que é permitido comprar. Podem ser, por exemplo, produtos de limpeza, material de escritório como papéis,

cartolina, canetas; e para pequenos reparos.

#### É POSSÍVEL COMPRAR EM QUALQUER LOCAL?

Em locais comerciais autorizados, previamente selecionados pela SED, que aceitem a bandeira Visa.

#### QUEM FISCALIZA?

Além de guardar todas as notas de compra, o diretor também terá que preencher um formulário, que será apresentado às gerências regionais de educação, que repassam à Secretaria de Educação. Em caso de compra indevida, o dinheiro precisará ser devolvido. A ideia no futuro é que os gastos de cada escola possa ser acompanhado por todos pelo portal da transparência do governo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Geral

**Data:** 14/04/2014

**Assunto:** Cartão Corporativo

**Página:** 12

# A NOTÍCIA

## EDUCAÇÃO

### Crédito de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para as escolas estaduais



**A EDUCAÇÃO  
PRECISA DE  
RESPOSTAS.**

Por um mês e meio, Nazareno José Manoel Martins, diretor-geral da Escola Estadual Simão Hess, em Florianópolis, teve mais autonomia para resolver pequenos problemas corriqueiros da escola. Trocou vidro quebrado, fechadura estragada e providenciou folhas de papel sem burocracia. Ele e outros 11 diretores foram escolhidos no fim do ano passado para fazer parte de um projeto-piloto da Secretaria de

Estado da Educação, que irá usar o cartão corporativo do governo nas escolas da rede estadual como forma de eliminar processos burocráticos e tornar mais rápida a solução de pequenos problemas.

A proposta foi aprovada e agora se estenderá a 1,1 mil unidades. A previsão é de que partir do dia 25 todas essas escolas comecem a usar o cartão de pagamento. O projeto será lançado hoje. O cartão, que dará a cada escola entre R\$ 2 mil e R\$ 8 mil por ano de acordo com o número de alunos matriculados, permite gasto imediato sem a necessidade de três orçamentos, que precisava ser feita pelo diretor e encaminhada às gerências regionais.



# A NOTÍCIA

# KIT BÍBLICO

# REACENDE

# POLÊMICA

**PRICILLA BACK**

Com um longo caminho a percorrer até ser votado no plenário da Assembleia Legislativa, o projeto de lei do deputado estadual Kennedy Nunes (PSD) que prevê a distribuição de um kit bíblico aos alunos da rede estadual já causa polêmica. Na sexta-feira, a proposta gerou debate nas redes sociais. Houve quem apoiasse e criticasse a ideia.

De acordo com a proposta, a intenção é enviar aos estudantes com idades entre seis e 12 anos kits contendo uma Bíblia que, garante o parlamentar, será escolhida de acordo com a religião do aluno.

– Vamos contemplar todas as religiões, sem exceção. E as Bíblias poderão ser escolhidas, por exemplo, em versões católicas ou evangélicas – alega Kennedy.

O parlamentar não explica, no entanto, se os livros sagrados de religiões não cristãs, como o islamismo e o judaísmo, seriam distribuídos da mesma maneira.

Kennedy argumenta que a ideia é criar várias opções de kits. Ainda não está definido, no entanto, qual seria o impacto financeiro da medida aos cofres do Estado. A sugestão do deputado é criar parcerias público-privadas com entidades e organizações religiosas para patrocinar a compra e a distribuição dos materiais.

## **“Qual o problema?”, pergunta o deputado**

Na sexta-feira, após ser criticado por internautas sobre a criação do kit, Kennedy usou o Twitter para defender sua proposta. Segundo ele, a falta de religião

“faz do ser humano um androide”.

– Qual o problema em falar de religiosidade nas escolas? Querem falar de sexualidade e até de gêneros e por que a religião não? – escreveu.

Para Cássia Ferri, pró-reitora de ensino da Univali e especialista em educação, este tipo de projeto causa desconforto se não forem abordadas todas as religiões existentes.

– As escolas públicas precisam aceitar toda a diversidade religiosa. A leitura dos textos bíblicos é válida, mas não pode ser a única opção aos alunos – explica Cássia.

Além dos kits, a proposta de Kennedy prevê a realização de aulas extracurriculares sobre a Bíblia. Para ser votado no plenário da Assembleia Legislativa, o projeto ainda precisa passar pelas comissões de Legislação e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto da casa.